



19172268



08020.000386/2021-66



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2022

A **SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, Zona Cívico-Administrativa, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.064-900, que utilizará o CNPJ nº 00.394.494/0005-60, conforme prescrito no parágrafo único, do art. 2º, da Portaria do Ministro nº 294, de 08 de junho de 2020 (11838166), neste ato representada pela Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública, a Senhora **ANA CRISTINA MELO SANTIAGO**, com competência subdelegada no inciso XI, art. 6º da Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021 (18617661), publicada na edição do Diário Oficial da União nº 221-A, de 25 de novembro de 2021, inscrita no CPF sob o nº 491.845.471-20, portadora da Carteira de Identidade nº 798.999 - SSP/DF, considerando o Termo de Homologação (19061544) na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **Registro de Preços nº 14/2022**, processo administrativo nº 08020.000386/2021-66, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA.** inscrita no CNPJ sob o nº 68.337.658/0001-27, sediada na Rua Torre Eiffel, 100, Lote 3a, Gleba A, Parque Rincão, CEP:04.795-100, Cotia- SP, e-mail: licitabra@merckgroup.com, contato: (11) 2170-8484, indicada e qualificada nesta ATA, neste ato representada pelo Senhor **MÁRCIO JOSÉ ROSA**, inscrito no CPF nº 227.258.648-10, portador da carteira de identidade nº 44.060.503-9 SSP-SP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguintes:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de insumos para processamento de material biológico de referência e amostras questionadas para os Laboratórios de DNA Forense dentro do projeto de "Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos", especificados nos itens 2,3,4,5,6,8,10 e 21, do Termo de Referência (17580273), anexo do edital de *Pregão* nº 14/2022 (17583546), que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade Gerenciador	Quantidade Partícipes	Quantidade total	Quantidade máxima para adesão (3X)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	Álcool etílico absoluto: frasco 1L	348746	Unidade	200	289	489	1.467	1.255,20	613.792,80
3	Álcool Isopropílico: frasco de 1L	348743	Unidade	100	133	233	699	582,16	135.643,28
4	Cloreto de cálcio: frasco de 500g	346620	Unidade	50	12	62	186	206,82	12.822,84
5	Cloreto de potássio: frasco de 500g	458161	Unidade	50	12	62	186	112,00	6.944,00
6	Cloreto de sódio: frasco 500g	366473	Unidade	50	24	74	222	76,80	5.683,20
8	EDTA: frasco de 500g	348909	Unidade	100	85	185	555	204,00	37.740,00

10	Fosfato de sódio: frasco de 500g	445474	Unidade	50	12	62	186	291,20	18.054,40
21	Tampão fosfato salina - PBS: 500ml	415023	Unidade	200	47	247	741	108,78	26.868,66
TOTAL						1.414	4.242		857.549,18

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN/MJSP, registrados os seguintes quantitativos com a pretensão de aquisições futuras:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	Álcool etílico absoluto: frasco 1L	Unidade	200	1.255,20	251.040,00
3	Álcool Isopropílico: frasco de 1L	Unidade	100	582,16	58.216,00
4	Cloreto de cálcio: frasco de 500g	Unidade	50	206,82	10.341,00
5	Cloreto de potássio: frasco de 500g	Unidade	50	112,00	5.600,00
6	Cloreto de sódio: frasco 500g	Unidade	50	76,80	3.840,00
8	EDTA: frasco de 500g	Unidade	100	204,00	20.400,00
10	Fosfato de sódio: frasco de 500g	Unidade	50	291,20	14.560,00
21	Tampão fosfato salina - PBS: 500ml	Unidade	200	108,78	21.756,00
TOTAL			800		385.753,00

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Descrição/Especificação	UASG - Órgão Participante	UASG	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	Álcool etílico absoluto: frasco 1L	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	80	1.255,20	100.416,00
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	96		120.499,20
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	14		17.572,80
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	25		31.380,00
		Polícia Civil do Distrito Federal	926015	5		6.276,00
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	20		25.104,00
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	2		2.510,40
		Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro	927499	5		6.276,00
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	452105	40		50.208,00
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	2		2.510,40
TOTAL ITEM 2				289		362.752,80
3	Álcool Isopropílico: frasco de 1L	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	60	582,16	34.929,60
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	12		6.985,92
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	4		2.328,64
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	5		2.910,80
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	10		5.821,60
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	2		1.164,32
		Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro	927499	2		1.164,32
		Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul	452105	36		20.957,76
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	2		1.164,32
		TOTAL ITEM 3				133
4	Cloreto de cálcio: frasco de 500g	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	1	206,82	206,82
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	2		413,64
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	2		413,64
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do	453079	3		620,46

		Paraná			
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	2	413,64
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	1	206,82
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	1	206,82
		TOTAL ITEM 4		12	2.481,84
5	Cloreto de potássio: frasco de 500g	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	1	112,00
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	2	224,00
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	2	224,00
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	3	336,00
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	2	224,00
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	1	112,00
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	1	112,00
		TOTAL ITEM 5		12	1.344,00
6	Cloreto de sódio: frasco 500g	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	2	153,60
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	10	768,00
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	2	153,60
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	5	384,00
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	2	153,60
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	2	153,60
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	1	76,80
		TOTAL ITEM 6		24	1.843,20
8	EDTA: frasco de 500g	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	52	10.608,00
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	3	612,00
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	6	1.224,00
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	5	1.020,00
		Polícia Civil do Distrito Federal	926015	5	1.020,00
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	2	408,00
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	2	408,00
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	10	2.040,00
TOTAL ITEM 8		85	17.340,00		
10	Fosfato de sódio: frasco de 500g	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	1	291,20
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	2	582,40
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	2	582,40
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	3	873,60
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	1	291,20
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	1	291,20
		Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro	927499	1	291,20
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	1	291,20
TOTAL ITEM 10		12	3.494,40		
21	Tampão fosfato salina - PBS: 500ml	Polícia Civil do Estado de Roraima	927020	2	217,56
		Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia	927042	5	543,90
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas	927025	12	1.305,36
		Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	452386	15	1.631,70
		Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná	453079	3	326,34
		Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul	927229	4	435,12
		Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	927119	5	543,90
		Fundo Estadual de Segurança Pública de Rondônia	928093	1	108,78
TOTAL ITEM 21		47	5.112,66		
TOTAL				614	471.796,18

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao triplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. As entidades federais, estaduais, distritais e municipais somente poderão aderir ao item respectivo da sua localização regional do território nacional especificada na Ata, sendo vedada a autorização de adesão à ata de registro de preços, por parte do órgão gerenciador, à órgãos ou entidades localizadas, geograficamente, em locais diversos daqueles previstos na respectiva ARP e para fornecedores distintos.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.6.2. Fica vedado aos vencedores dos certames, oferecer ou conceder qualquer vantagem ou doação, que possa ferir a isonomia da ata, para os participantes ou caronas, em função da contratação, que não estejam previamente estabelecida no Edital ou nesta Ata de Registro de Preço, assim como resta o dever às entidades Participes e as que desejarem aderir a referida aquisição, comprometerem-se a fazer o bom e regular uso da adesão, recebendo apenas os itens estabelecidos por meio dela.

4.6.3. A vedação será excepcionada caso não haja saldo disponível ou item não registrado para a região da entidade solicitante.

5. **VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. **REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

ANA CRISTINA MELO SANTIAGO
Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública
CONTRATANTE

MÁRCIO JOSÉ ROSA
SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA
CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 07/10/2022, às 16:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **19172268** e o código CRC **B7C365EE**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.